

A. I. Nº - 281226.0052/07-3
AUTUADO - PETROMERC DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
AUTUANTE - JORGE LUIZ DOS SANTOS MOTA
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 07.05.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0122-04/08

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. BENS DO ATIVO FIXO. FALTA DE PAGAMENTO. Contribuinte elidiu parte da infração e parcelou a parte não contestada. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 27/12/2007, exige ICMS de R\$ 3.165,01 acrescido da multa de 60%, por ter deixado de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias em outras unidades da Federação e destinadas a ao ativo fixo do próprio estabelecimento.

O autuado, na defesa apresentada (fl. 20) diz que ao fazer verificação em seus documentos fiscais, encontrou a nota fiscal de nº 392.574 da Wurth do Brasil Peças de Fixação Ltda, de 14/09/2005, no valor de R\$ 1.045,34, a qual já se encontrava com o ICMS pago por antecipação. Por essa razão requer a “ improcedência parcial” do auto de infração e o abatimento do valor de R\$ 54,78, inclusive as multas e acréscimos legais no total cobrado.

O autuante em sua informação fiscal (fl. 28), diz que considerando que o autuado comprovou o pagamento da nota fiscal mencionada, com acréscimo de 35% de MVA, por ter considerado as mercadorias autopeças, apesar do código de receita ter migrado para o sistema como álcool hidratado. Deve ser excluído o último item da infração no valor de R\$ 54,78.

VOTO

O Auto de Infração faz exigência de ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias em outras unidades da Federação e destinadas ao ativo fixo do autuado.

Analisando as peças processuais verifiquei que o contribuinte juntou às fls. 21 e 22 do processo, cópias de comprovantes de pagamentos de imposto, datado de 14/09/2005, com o código de receita nº 2280, no valor de R\$ 119,99.

Vejo que o autuante após desenvolver suas investigações fiscais, constatou que o sujeito passivo efetivamente pagou o imposto relacionado à referida nota fiscal, só que em vez de se referir a diferença de alíquota o fez com outro código de receita. Reconhece o mesmo, o cumprimento da obrigação do autuado e solicita que seja excluído do valor total exigido a importância de R\$ 54,78, ficando o lançamento tributário com o remanescente de R\$ 3.110,23. Solicita que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

Examinando os fatos, bem como as provas acostadas ao processo, vejo que efetivamente houve pagamento de ICMS sobre a nota fiscal 392.574. Entendo que neste caso específico, diante as provas apresentadas, o fato do contribuinte ter indicado código de receita diferente do de diferença de alíquota, não causou prejuízo financeiro aos cofres do Estado. Portanto acato o pedido do contribuinte, reconhecendo como pago o ICMS no valor de R\$ 54,78.

Ademais o sujeito passivo não contestou o restante da infração, propôs pedido de parcelamento, que foi deferido, tendo inclusive pago a parcela inicial. A secretaria do CONSEF juntou à fl. 30, detalhe do parcelamento do débito remanescente.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281226.0052/07-3**, lavrado contra **PETROMERC DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 3.110,23**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de abril de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA